

OS LOCAIS DA MEMÓRIA OPERÁRIA EM ANTIGAS ÁREAS INDUSTRIAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO: A FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOOCA¹

THE SITES OF WORKING CLASS MEMORY IN OLD INDUSTRIAL AREAS IN THE CITY OF SÃO PAULO: THE FORMATION OF WORKERS ASSOCIATION OF THE MOOCA DISTRICT

Verônica Sales PEREIRA¹

Resumo: O artigo aborda as relações entre a memória operária e o espaço urbano na formação da Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca, constituída pelos movimentos sindical e de moradia na cidade São Paulo, no final da década de 1970. As antigas áreas industriais do bairro passam por inúmeras transformações ao serem reutilizadas pelo mercado imobiliário, pelo setor de serviços e comércio e pelas práticas patrimoniais. No entanto, os locais da memória da formação da Associação, reconstruídos pelos trabalhadores por meio de documentário, superam a dicotomia entre a recordação dos locais e a memória situada nesses espaços, e articulam as temporalidades presentes na evolução e (des)vinculação entre os usos e as formas urbanas, emergindo, assim, como uma presença ausente no bairro.

Palavras-chave: memória urbana; movimento operário; movimento de moradia; Mooca.

Abstract: The present article discusses the relations between the memory of the working class and the urban space in the formation of the Workers Association of the Mooca District, which was founded by the unions and the housing movement in the city of São Paulo in the 70s. The district's former industrial sites underwent significant changes after being transformed by real estate, service and commerce, and heritage practices. Nevertheless, the areas of the memory of the formation of the Association, when reconstructed by the workers in the production of a documentary, overcome the dichotomy between the recollection of the sites and their localized memory and articulate the timelines involved in the evolution and (dis)engagement of their uses and urban forms, therefore emerging as an absent presence in the neighborhood.

Keywords: urban memory; labour movement; housing movement; Mooca.

No início deste século, a metrópole de São Paulo passa por reconfigurações em sua histórica complexidade: ganha um perfil mais ligado aos serviços, sem deixar de ser industrial; atrai migrações, não só como destino final, mas também como lugar de passagem; sobrepõe-se à dualidade centro-periferia de segregação residencial, uma heterogeneidade social nas periferias e no centro, sem ser menos excludente

¹ Professora da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC-UNESP/Bauru); Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: versales@uol.com.br.

(MARQUES, 2014). À participação política dos movimentos sociais tradicionais, acrescem os ativismos *online*; a simultânea destruição-construção de sua materialidade convive com a patrimonialização e a verticalização, bem como experiências virtuais de conservação de suas memórias.

Se, no bairro da Mooca, desde o final do século XIX, acumularam-se várias ondas de industrialização da cidade e do país, trataremos de uma configuração referida à fase da industrialização pesada, iniciada nos anos 1950 (MELLO, 1982), cujos trabalhadores, a partir dos anos 1970 e 1980, protagonizaram uma série de lutas organizadas nos chamados novos movimentos sociais e no Novo Sindicalismo (SADER, 1988).

Trata-se de um pequeno grupo de antigos trabalhadores e militantes ligados à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM) - setor Mooca - e, ao mesmo tempo, ligados ao movimento de moradia do bairro, a União dos Moradores dos Quintais e Cortiços da Mooca. Se o primeiro articulou a oposição à tutela sindical herdada do Estado getulista durante o regime militar, mobilizando as grandes greves do fim dos anos 1970 e 1980; o segundo, nascido desse contexto, foi um dos precursores nas lutas por moradia, protagonizando grandes ocupações e experiências pioneiras de habitação social nos anos 1980 e 1990, nas áreas industriais centrais e na periferia da cidade.

Esse grupo organizou-se no seio da Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca (ATRM), em 1979, que, atualmente, abriga apenas o movimento de moradia. A sua presente invisibilidade, associada às mudanças estruturais e organizativas do trabalho a partir dos 1990, intensifica-se com a verticalização urbana expressa, desde os princípios do século XXI, num *boom* imobiliário na região.

Esse artigo abordará a rememoração da fundação da ATRM por meio da história oral e de suas relações com o espaço urbano, constituindo locais da memória no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo. A premissa é o entendimento da cidade enquanto uma categoria de prática social, na qual a memória urbana depara-se com uma dupla perspectiva: a superação de uma divisão estanque entre a memória de indivíduos e grupos que se recordam dos locais e aquela que estaria inscrita nos locais; e a evolução da materialidade da cidade expressa em distintos modos de vinculação entre as formas e os usos dos espaços.

A ATRM, os dois movimentos e as mudanças no trabalho

O processo de rememoração da ATRM teve como ponto de partida uma pesquisa sobre o processo de verticalização no bairro, que despertou uma demanda pela reconstrução da memória do movimento de moradia por meio de um documentário, posteriormente produzido em um projeto de extensão, em coparticipação com o movimento, entre 2016 e 2018, chamado *Memória dos Movimentos Sociais – A União dos Moradores dos Quintais da Mooca*.²

Essa demanda surgiu, pois os entrevistados consideravam-se “esquecidos” a despeito da visibilidade e do reconhecimento do grupo pelo Estado, pela sociedade civil, na formação de políticas públicas autogestionárias; pela universidade, como “objeto” de pesquisa; e pela mídia, na atuação em documentários e filmes.

Ademais, havia a dificuldade de transmissão do passado para as novas gerações do movimento de moradia, para a formação de novas lideranças e para o público em geral: sua reserva e desconfiança remanesciam do regime militar, já que eram objeto de vigilância, controle e repressão pela polícia e pelo exército. Se, no movimento operário, isso ocorria na fábrica e no sindicato (DE GRAZIA, 2017), no movimento de moradia eram controlados pelos intermediários e proprietários dos cortiços (SIMÕES JR. 1991 apud NEUHOLD, 2013).

Articula-se a isso uma série de mudanças recentes que incidem na trajetória e no perfil do movimento social de moradia. Temos as mudanças no mercado de trabalho e no perfil sócio-ocupacional de seus integrantes, com trabalhadores industriais menos qualificados e outros atuando nos serviços e no comércio; a relativa ascensão social desmanchada com o desemprego e informalidade, com a crise a partir de 2014; as formas de atuação do movimento, com as ocupações de edifícios nas áreas centrais e sua reforma por empreiteiras, e não mais por mutirão e autogestão; a verticalização, inviabilizando a habitação social no bairro. Tudo se soma à história e à dinâmica organizativas do movimento social (NEUHOLD, 2013) e sindical (DE GRAZIA, 2017), que se fracionam internamente, dividem-se e rearticulam-se em outros grupos.

Esses processos não impediram a reconstrução da memória da ATRM, baseada em um “ponto de intersecção” entre os operários metalúrgicos, de atuação sindical, que migram para o movimento de moradia, e aqueles de outras categorias industriais e setores de serviços e do comércio, que se organizam a partir das demandas da habitação.³ Ambos formaram um grupo que está nos primórdios da fundação e na base do documentário.

Essa “intersecção” confere uma heterogeneidade ao grupo, cuja experiência é ancorada em um território marcado pelo interregno entre a primeira onda de industrialização pesada, a partir dos anos 1950 (MELLO, 1982), e seu refluxo com os processos de reestruturação produtiva, flexibilização, informalidade e a saída e/ou fechamento de algumas fábricas, a partir dos anos 90 (DE GRAZIA, 2017).

A introdução de novas tecnologias e a desregulamentação do trabalho no contexto pós-fordista e de acumulação flexível do capital não implicam “o fim do trabalho”; mas, ao contrário, coloca sob uma nova perspectiva a presença desses antigos trabalhadores fabris, articulados a esses novos trabalhadores que, a despeito da opacidade de suas posições na estrutura produtiva e no mercado de trabalho - desproletarização do trabalho industrial, expansão do setor de serviços, feminização, subproletarização - são ainda integrantes de “uma classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2015). Assim, os sentidos e a atualidade dessas memórias, segundo eles, são a luta contra o seu apagamento da história e a sua transmissão para as novas gerações, das suas famílias e do movimento operário e de moradia.

Desta forma, o documentário envolveu a coparticipação extensionista com a premissa da câmera participante (LUC DE HEUSCH 1962 apud ROUCH, 2015), que transpõe a observação participante (BRANDÃO, 1985) para o ato da filmagem. Esta se articula ao cinema de conversa, de Eduardo Coutinho (COUTINHO, 2015), que nos aproxima dessa câmera participante, das entrevistas semidiretivas (MICHELAT, 1987) e da história oral (THOMPSON, 1992).⁴ Foram gravadas 40 horas de entrevistas com onze lideranças antigas do grupo e duas mais recentes, resultando em um documentário seriado em dezessete capítulos que retoma uma parte da história do movimento operário vinculado à Oposição Metalúrgica de São Paulo – Setor Mooca, e o movimento de moradia União dos Moradores dos Quintais e Cortiços da Mooca, atualmente grupo da Mooca ligado à Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia (ULCM).

As antigas áreas industriais e o espaço urbano

Para a compreensão das transformações dessas antigas áreas industriais, é importante destacar o termo desindustrialização, a despeito do extenso debate acadêmico do qual é objeto, e ressaltar suas possibilidades e seus limites interpretativos. A chamada desindustrialização, fenômeno que vem ocorrendo há mais de meio século, em um sentido amplo, é um desinvestimento generalizado e sistemático na capacidade produtiva básica da nação, tendo reflexos diretos na perda de empregos (BLUESTONE

e HARRISON, 1982 apud STRANGLEMAN e RHODES, 2014, 412).⁵ Todavia, a abordagem multidisciplinar sobre a desindustrialização (STRANGLEMAN e RHODES, 2014) deriva de sua complexidade, cujos efeitos tornam-se aparentes com o tempo, demandando uma perspectiva de longa *durée* (BLUESTONE e HARRISON, 1982 apud STRANGLEMAN e RHODES, 2014) e contextual.

No caso em questão, a noção de desindustrialização deve ser relativizada e referida ao decréscimo ou abandono *pontual* das instalações produtivas – em especial, nos anos 1950 e 1960 - em algumas áreas da cidade, como o distrito da Mooca, mas não na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (RAMOS, 1988 apud LAURENTINO, 2002; RUFINONI, 2004). Por outro lado, em especial, a partir dos anos 90, é importante ressaltar o processo de “desconcentração industrial”, ou seja, a saída de unidades produtivas da RMSP para outras regiões, ou seja, a desconcentração espacial da produção – mas, com a permanência das atividades de comando e gestão na região, ou seja, a centralização da gestão e dos serviços, permitida pelas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs (AZZONI, 1985, 1995 apud MARQUES e TORRES, 2000).

Assim, vale salientar, em primeiro lugar, que os antigos bairros operários, como a Mooca e o Brás, já haviam sofrido uma perda *parcial* de indústrias - nos setores de alimentação e têxtil - em meados do século XX, todavia simultânea ao período de crescimento industrial fordista na área (LAURENTINO, 2002).

Em segundo lugar, nos anos 1970 e 1980, ao passo que a desindustrialização dos setores de aço, de mineração e automobilístico afetava os países da América do Norte e a Europa; no Brasil, não apenas a indústria metalúrgica era ainda um dos pilares da economia, como também sua classe operária e o movimento sindical tinham forte protagonismo na redemocratização do país. No período de 1978/1979, quando foi fundada a ATRM, existiam, na região, cerca de 1600 indústrias, empregando em torno de 100 mil trabalhadores. Entre as metalúrgicas, estavam a Ford, Arno, Fundação Brasil, Lorenzetti, Máquinas Piratininga, Securit, Eletrolux; as de tecidos, como Alpargatas, Vicunha, Santista; e alimentícias como Antarctica, União, entre outras (DE GRAZIA, 2017). Essa posição vai se fragilizar apenas a partir dos anos 90, agora sim com uma relativa “desindustrialização”, ou melhor, desconcentração industrial decorrente de uma economia pós-fordista (ANTUNES, 2015).

De qualquer forma, as recentes transformações sobre o bairro da Mooca tiveram como eixo o fechamento e a saída de inúmeras indústrias de distintos portes, e, ao longo de várias décadas, com impactos diretos e indiretos no bairro. Permanece, assim, não

uma área desindustrializada homogênea, mas espaços industriais em diferentes estágios de funcionamento e conservação, vinculados a distintos períodos de industrialização.

Parte desses galpões e indústrias foram objeto de mapeamento e diretrizes de intervenção no restauro e preservação dos seus remanescentes (RUFINONI, 2004), mas também substituídos pela intensa incorporação imobiliária residencial e/ou refuncionalização para atividades de comércio, serviços e lazer, não sem acirradas disputas com as práticas patrimonialistas, envolvendo, por exemplo, o Cotonifício Crespi, o Moinho Minetti-Gamba e a creche Condessa Marina Crespi (PEREIRA, 2007, 2013, 2016).

Neste sentido, a refuncionalização de suas atividades e a demolição de seus remanescentes, entre os quais destacam-se a Cia União (condomínio residencial e de serviços) e a Cia Ford (*shopping center*), ocorreram na esteira da verticalização do bairro, sobretudo para a construção de condomínios residenciais, marcando uma “virada” em 2004, quando a Mooca ascende de 29º lugar em 2003, para 4º lugar no ano posterior, apresentando o maior crescimento em número de lançamentos residenciais na cidade (AMARAL D’AVILA Eng. Avaliações apud, PEREIRA, 2007), e que, ao longo da década, sugere indicar uma tendência gentrificadora (REINA e COMARÚ, 2015).⁶

Já os efeitos da reestruturação produtiva e da flexibilização do trabalho sobre o emprego e a organização operária no bairro, bem como o processo de formação da ATRM foram analisados por De Grazia (2017).⁷

Assim como as permanências e transformações desses espaços industriais afetam o espaço urbano, vários trabalhos, em outros cenários, abordaram como a memória dos trabalhadores relacionam-se aos espaços. Strangleman e Rhodes (2014) observam, em um contexto de desindustrialização, os vários modos de rememoração da classe trabalhadora, dos quais emergem não apenas a “*smokestack nostalgia*”, as nostalgias ambivalentes, a permanência da radicalidade política, mas também os ressentimentos e os traumas, a luta pela preservação da memória e o seu apagamento por grupos dominantes, entre outras questões. No contexto nacional, Scifoni (2013) mapeia a presença dos lugares da memória fabril no espaço urbano do ABC paulista e Lopes (2011) aborda as demandas de sua reconstrução por uma história pública em um contexto de transformação urbana e social, a partir da história social do trabalho.

Frente a diferentes abordagens e às várias questões do presente que podem ser postas à reconstrução das lembranças dos trabalhadores, no nosso caso, embora as áreas industriais do bairro não se colocassem como um tema explícito no documentário

resultante de um projeto de extensão, elas se destacam na narrativa dos entrevistados, quando rememoram, na trajetória do movimento, os eventos das greves do final dos anos 70 relacionados à fundação da ATRM. Assim, surge uma recordação sobre esses espaços do bairro, cujas relações entre usos e formas; materialidade/imaterialidade; visibilidade/invisibilidade; presença/ausência trazem questões acerca da memória do grupo e sobre o seu lugar nos espaços do bairro.

Memória urbana, memória do trabalho: os locais de uma experiência partilhada

Bernard Lepetit (2001), ao ressaltar que a cidade é instituída por múltiplas temporalidades, chama a atenção para as finas articulações entre a forma e os usos urbanos, por meio das modalidades de apropriação da cidade, definindo-a, a partir de M. Roncayolo (s/d apud LEPETIT, 2001), como uma categoria de prática social. Se passado, presente e futuro mesclam-se no urbano, a cidade está toda no presente, e, nesse sentido, cabe analisar as modalidades de presentificação dos passados, por meio das práticas sociais.

Existem, assim, modalidades de “coesão” entre tempos distintos que o presente mantém. A cidade é constituída por fragmentos que revelam uma semelhança na evolução entre as formas e os usos: pequenos ajustes no construído permitem uma continuidade no presente das suas funções e usos passados. Diferentemente, os traços são um “conjunto de fragmentos herdados dissonantes” resultado de um “distanciamento entre ritmos de evolução diferente” entre formas e usos (LEPETIT, 2001, p.180). Ele revela-se quando há uma “desadaptação”, com a impossibilidade de ajustes no construído, levando a uma “defasagem” entre os contextos antigo de uso e o atual.

As modalidades de presentificação, todavia, permitem conferir novas e distintas significações aos traços: adquirem novas funções; são museificados; são conservados em seu estado; ou destruídos. No primeiro caso, o exemplo da reabilitação de um bairro. No segundo, a despeito da perda do uso, a presença material do edificado (ex. indústrias abandonadas) pode carregar uma carga simbólica, que pode constituir-se como “uma reserva de sentido e de ação para o futuro” (LEPETIT, 2001, p. 182). Por fim, a destruição não é passível de interpretação do seu sentido original, mas o traço no solo, o seu vazio ainda são passíveis de leitura.

A lógica da contemporaneidade do traço com o contexto, com o qual ele a princípio parecia em ruptura, nunca retoma mais que uma parte das dimensões do objeto (uma localização, uma forma; um valor simbólico, um

valor econômico...). Mas repousa sempre numa nova atribuição de sentido, numa reinterpretação da significação social do lugar (e dos lugares vizinhos, como poderíamos demonstrar). (LEPETIT, 2001, p. 182)

Nesse sentido, o autor, em diálogo com a obra de Maurice Halbwachs, chama a atenção para as relações dialéticas entre o grupo social e o território: o espaço enquanto expressão da imagem do grupo; a imposição da sua materialidade e durabilidade sobre o grupo; o rompimento, pela modernidade, desta relação estreita entre espaço e grupo, que apenas se manterá às margens das grandes cidades (LEPETIT, 2001, p. 183). Já ao estabelecer uma analogia entre o território do grupo e a sua memória, Halbwachs argumenta que a organização do espaço não se reduz a mero quadro ou suporte da lembrança; “o grupo mantém com seu espaço o mesmo tipo de relação com seu passado”, ou seja, a imagem do espaço, devido à sua estabilidade, “dá-nos a ilusão de não mudar ao longo do tempo e reencontrar o passado no presente”; e, por fim, existem tantos grupos quantas forem as memórias e as maneiras de se representar o espaço. Conclui-se que, assim como o grupo reorganiza suas lembranças a fim de adequá-las ao presente, ele “exprime, num processo de reelaboração permanente, seu território de ontem a partir de hoje” (HALBWACHS, 1941,1950 apud LEPETIT, p.185).

Aleida Assmann (2011, p.317), ao abordar a “memória dos locais”, chama a atenção para a opacidade da expressão que transita entre uma “memória que se recorda dos locais” de uma “memória que está por si só situada nos locais”. A autora retoma a distinção elaborada por Pierre Nora, entre *milieu de mémoire* - no qual os objetos/acontecimentos de recordação guardam um vínculo com o contexto histórico coetâneo - e o *lieu de mémoire* - quando esses mesmos objetos/acontecimentos deixam de ter uma relação com o contexto histórico de origem e tornam-se recordações. Todavia, Assmann supera essa dicotomia, bem como critica a ideia de substituição da memória pela história dela decorrente, e nota que, entre um e outro (*milieu* e *lieu*), existem transições, a partir das quais se distinguem os locais de memória geracionais, em que há uma relação de duração e continuidade entre o espaço e a história familiar ou grupal; os memorativos, nos quais a mobilidade e a descontinuidade rompem as relações entre passado e presente, mas cuja história permanece corporificado nas ruínas e objetos remanescentes e pode ser recuperada e transmitida pela narrativa oral; de recordação, de “mero interesse histórico de caráter antiquário”; e os traumáticos, que remetem a feridas que não cicatrizam (ASSMANN, 2011).

No caso dos lugares da memória operária, Madeleine Reberioux (1992) identifica-os a partir dos lugares simbólicos e dos de trabalho e sociabilidade. Os lugares de trabalho são representados sobretudo pela oficina, fábrica, usina, cuja

presença está na narrativa operária. Os lugares de sociabilidade referem-se aos bares, às festas, à moradia, ao lazer, aos encontros e às associações. Já os lugares simbólicos são aqueles promovidos a símbolos por meio da sua rememoração “consciente e militante”, que os salva do esquecimento imposto pelos grupos dominantes não apenas ao cotidiano operário, mas também às suas lutas. Longe de uma divisão estanque, as fronteiras e os sentidos desses lugares se intercambiam.

O grupo da ATRM

Do pequeno grupo da ATRM, entrevistamos seis trabalhadores, cinco homens e uma mulher, que passaram pela experiência fabril e participação no movimento de moradia. Três deles foram trabalhadores metalúrgicos, com uma longa trajetória fabril (Itamar, 67 anos e Adalberto, 65 anos) e uma, com uma curta trajetória (Edileuza, 75 anos); um trabalhador do setor de bebidas (Gutemberg, 59 anos); outro, do setor de plásticos (Luizinho, 59 anos); e um, com uma passagem pelo setor de bebidas, mas formado em Letras e ligado à educação popular (Manoel, 74 anos). Desses trabalhadores, apenas Edileuza não teve experiência sindical. Todos fizeram parte da coordenação do movimento de moradia. Atualmente, quatro deles ainda atuam no movimento de moradia em posições de coordenação (Edileuza, Manoel e Luizinho) e direção (Gutemberg), sendo os dois últimos os únicos não aposentados, embora não estejam mais ligados ao trabalho fabril há bastante tempo. Apenas um deles (Itamar) ainda possui residência na Mooca, embora fique longos períodos em sua terra natal.

As Greves de 1978-1979

Para o grupo de militantes e trabalhadores da Oposição Sindical Metalúrgica - Setor Mooca, Manoel, Itamar e Adalberto, a lembrança da formação da Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca está ligada a dois eventos específicos: a greve de 1978 e, particularmente, a de 1979. Ambas as greves, sem apoio do sindicato oficial, resultaram da organização e das negociações diretas dos trabalhadores com as empresas, por meio das Comissões de Fábrica, estimuladas pela OSM (DE GRAZIA, 2017). As lembranças da greve de 1979 ancoram-se na descrição da faixa etária dos atores participantes, muitos jovens e alguns mais velhos, para os quais era uma experiência inédita, e nos espaços de trabalho, nas reuniões no chão de fábrica. Também emergem os espaços de sociabilidade e de lazer, eixos da organização operária não-oficial que se

espraíam no bairro para além dos controles do empresariado e do sindicato tutelado. “A gente começou a organizar nos bares, a gente fazia reunião nos bares. (...) Então, a gente se reunia no bar da avenida Arno, no bar da Ezequiel Ramos, num bar que tinha na Barão de Monte Santo, aqui atrás.” (MANOEL, 2016).⁸

Um outro espaço que emerge são os das subseções sindicais, resultado da disputa intra-sindical, abertas em várias regiões da cidade, mas logo fechadas, antes mesmo de a greve começar,

Em 79 a Oposição conseguiu, um pouco até com a concessão dos sindicato [oficial] pra não perder a rédea da coisa, (...) criar subseções... criei (...) comitês de campanha, aqui mesmo a gente teve um aqui na Barão de Monte Santo aqui (...) Se bem que eles mandaram a polícia depois pra prender todo mundo. (ADALBERTO, 2016).

Figura 1 — Rua Barão de Monte Santo: subseção do sindicato dos metalúrgicos.



Fonte: Autor, 2018

Já os espaços públicos da cidade, as ruas e praças no entorno da fábrica, lugares de sociabilidade operária e de sua organização, emergem através da lembrança do piquete reprimido evocado na presença da cavalaria e viaturas na “pracinha da Arno”. Com o estrangulamento dos espaços organizativos, emerge a lembrança dos espaços institucionais externos à organização operária, ligados ao Estado, como os órgãos da repressão.

A greve ia começar numa segunda-feira. E nós fomos fazer uma pichação. Na hora que eu estava falando assim, “Estamos em...” (...) A polícia chegou e prendeu. (...) E a gente foi aqui pra delegacia e depois a gente foi um dos primeiros a chegar no DOPS. (ITAMAR, 2016).

O auge da repressão policial na greve de 1979 foi o assassinato do metalúrgico Santo Dias, da OSM - Sudeste - SP, cujo enterro levou à comoção de todo o movimento grevista, marcado na memória de todos os entrevistados.

Um segundo espaço institucional externo e temporário evocado é o da Igreja, aliada ao movimento, ao acolher a organização dos operários, situada em três áreas fabris: a

Igreja Bom Conselho, a Paróquia São Rafael, situadas na Mooca; e a Paróquia Nossa Senhora do Carmo, na Vila Alpina.

Figura 2 — Igrejas N. Sra. do Bom Conselho, São Rafael e N. Sra. do Carmo.



Fonte: Autor (2018)

Os espaços de lazer também são evocados como locais de reorganização do movimento e de sua disputa intra-sindical. A locação dos cinemas nos bairros do Brás e da Mooca, para a realização de assembleias, era justificada pelo sindicato pela exiguidade do espaço da sua sede, no centro da cidade. Todavia, emerge a lembrança da violência e da intimidação dos sindicalistas pelegos contra os trabalhadores favoráveis à greve,

Teve assembleias (...) do cine Piratininga (...) que o sindicato alugou numa campanha salarial, que eles estavam com uma tropa de choque deles, eles não davam a palavra. Tinha tambor de areia pra jogar aqui, pra gente pedir a palavra aqui, pra jogar pra quem se aproximava (...) da mesa. Ele era mais alto, lá de cima eles começaram a jogar areia nos olhos (risos) .(ITAMAR, 2016).

Figura 3 — Cine Piratininga: assembleia dos metalúrgicos (1979) e estacionamento



1979 - Assembléia dos metalúrgicos no Cine Piratininga. Decretação da greve.

Fonte: Oposição Sindical Metalúrgica IIIIEP, 1979 e Autor, 2002.

Mas, é a evocação das passeatas e dos piquetes que a greve emerge de maneira forte nos espaços das ruas, por meio de sua organização nos territórios fabris do bairro da Mooca, revelando sua heterogeneidade.

Um primeiro território operário é assim delimitado: localizado na Faixa Industrial de Beira-Linha, contígua à ferrovia e ao Rio Tamanduateí, trecho hoje

canalizado e tamponado, entre a Mooca e a Vila Prudente, na parte baixa do Parque da Mooca (LANGEBUCH 1971, s/d apud LAURENTINO, 2002) e que se estende ao longo das avenidas Henry Ford e Presidente Wilson. Nesse lugar, são evocadas a sua topografia - a “Baixada do Sapo” - remetendo a um topônimo ancorado na memória popular; as grandes indústrias, como a Arno, a Lorenzetti, a Fundação Brasil e a Ford; os bares e a subsede sindical, por meio de seus topônimos; o Centro Social da Igreja São Rafael; as praças e o percurso dos piquetes.

Figura 4 — Avenida Henry Ford: galpões e Mooca Plaza Shopping – (antiga fábrica da Ford).



Fonte: Autor, 2018 e ABC do ABC. Mooca Plaza Shopping faz projeção mapeada com história do bairro. 17 ago. 2017.⁹

Figura 5 — Avenida Presidente Wilson: Fábricas Lorenzetti e Arno.



Fonte: Autor, 2018.

Além desse, na lembrança dos piquetes, um segundo território operário, localizado no Alto da Mooca e bem distinto do anterior, é evocado.

Porque a ideia era parar as grandes, (...) por exemplo, a Securit, a Electrolux, grandes... Mas eles [os peões] não. Qualquer fabriquinha eles paravam e tiravam o pessoal de dentro. (risos) (...) Subimos a rua da Mooca, a metalúrgica Três Rios, que era pequena também que a gente não queria perder tempo, né, eles foram lá e também tiraram. Aí na Electrolux, paralisaram a Electrolux, aí subiu (...) pra parar lá a Securit (...) E aí a polícia ia atrás, na frente, e eu ia acompanhando e posicionando lá o comitê (pausa). Então, que me vem esse episódio da [rua] Tobias Barreto, que eu tava telefonando lá pro comitê num orelhão lá... lá embaixo, eu vi aquela massa subindo ali a Tobias Barreto, que na subida, fica bonito, eu falei, “Mas nenhuma foto! Eu não tinha foto, imagina! Não fotografamos nada (ênfase)! Absolutamente nada! (MANOEL, 2016).

A gente distribuiu o pessoal pelas regiões e coube a mim ficar lá pelo Alto da Mooca, eu sem experiência nenhuma. O pessoal que tinha mais experiência ficou aqui na Ford, Lorenzetti, Arno, e eu fui lá pelo Alto da Mooca, parar a tal de Securit, fábrica (...) de armário de aço. (ADALBERTO, 2016)

Figura 6 — Subida da Rua Tobias Barreto e lojas (antiga Fábrica Securit)



Fonte: Autor, 2018

No entanto, o objetivo dos operários era parar as pequenas fábricas: “O pessoal convenceu lá, começou a sair... [das fábricas] Era um monte de gente, era uns negros bem forte mesmo, assim, tudo parente, um primo do outro, vizinho, colega, irmão” (ADALBERTO). E, ao se juntarem com outros, permaneciam firmes no seu objetivo: “Na verdade os caras [os peões] tavam controlando o grupo, não era nem eu da Oposição, nem o cara do sindicato tava mandando em nada ali, os caras que tavam... (risos).” (ADALBERTO) Ao ouvirem um rumor de que a tropa de choque iria reprimilos:

Esses caras [os peões] foram pra um lugar que tinha uma construção, tinha uma garagem, arrancaram todo o escoramento da garagem, quebraram aqueles pedaços de pau na mão, e falou “Agora nós tamos igual. Vamos... Eles vai vir pra cá? Tá bom!” Eu sei que eu tremi... que eu tremo até hoje só de lembrar, viu (risos) (ADALBERTO, 2016).

Ao final, o comando policial, a coordenação do movimento e a empresa negociaram, evitando um conflito. E, no retorno do piquete:

A gente desceu a rua da Mooca aqui e vinha pra igreja, e essa turma [os peões] veio pra dentro da igreja. Agora imagine o padre, coitado, na hora que ele viu aquilo (risos) Esses caras tudo... E peão zoando, né. E a gente tentando não deixar os caras quebrar nada no caminho... “Vai ter saque, vai ter isso, vai ter aquilo...” A gente sem experiência nenhuma... Foi um Deus nos acuda (ADALBERTO, 2016).

Esse território emerge nas lembranças dos piquetes e onde se identificam seus atores, trabalhadores anônimos e não-militantes, os “peões”; os locais de trabalho, as pequenas indústrias e oficinas, desconhecidas e invisíveis, entremeadas pelas moradias de classe média e alta; e sua organização e sociabilidade, apoiada pela Igreja, mas transbordam para as ruas dos bairros.

O seu percurso, quanto à relação entre a materialidade dos edifícios e seus usos, interliga os dois territórios fabris: o mais heterogêneo, do Alto da Mooca, ao mais uniforme, da “Baixada do Sapo”, e revela o engajamento e entusiasmo dos operários frente ao controle da coordenação e sua resistência diante da repressão policial, no

limite do rompimento da ordem pública, com a revolta, a galhofa e o saque; e traz indícios de sua origem social, negros e/ou migrantes nacionais, cujos laços de solidariedade se espraiam para além do espaço do trabalho, tecidos nos laços de parentesco, amizade e vizinhança.

O destino final do percurso evoca a lembrança do Centro Social da Paróquia São Rafael, cuja presença operária era marcada pela tensão, pois a paróquia situava-se entre a orla industrial do bairro e o Parque da Mooca, enclave de classe média e média alta, de perfil político-ideológico conservador, que limitava os usos do seu espaço (DE GRAZIA, 2017). A cessão do espaço do Centro aos operários, restrita a reuniões e cursos profissionalizantes ocorreu em 1978 ao Setor Mooca da OSM, devido aos vínculos entre seu coordenador, Waldemar Rossi, e padres da Igreja Católica (DE GRAZIA, 2017). Com as intensas movimentações das greves, o Centro começa a perder o controle sobre o espaço e sua diretoria, a impor restrições ao movimento.

A evocação da greve conclui-se com um sentimento de perda gerado pela ausência de registro fotográfico diante da força inesperada da mobilização e à censura do regime militar à sua cobertura pela imprensa.

Em uma perspectiva na qual a fotografia não se reduz à mera “ilustração”, nem “congelamento” ou “retrato” do real, mas polissemia que emerge da intenção do fotógrafo, da realidade fotografada e das leituras do registro, ela “tece uma história”, entrosando-se “dinamicamente nas necessidades do processo social” (MARTINS, 2011, p. 37). Entretanto, no lamento dos entrevistados, há o desejo de apreender o oculto e o invisível da cotidianidade, que, no momento da greve, tem sua ordem subvertida e espraia-se pelo espaço público das ruas, que adquire o caráter do extraordinário e do visível, e um sentido político. Esse sentimento de perda revela a fotografia como um apontamento da memória, mas uma memória da perda (MARTINS, 2011) de um evento que, nesse caso, sequer se materializou, apreendido somente pela narrativa oral.

Também, nesse lamento, há uma visão da fotografia que guarda uma certa ilusão de “memória cristalizada” e de perenidade, cuja permanência ultrapassaria a vida de suas personagens, mas que, por outro lado, pode carregar, na ideia de testemunho visual, a noção de reconhecimento do outro, ou das futuras gerações (KOSSOY, 2001).

A formação do Movimento dos Quintais e Cortiços da Mooca

No mesmo ano de 1979, a igreja São Rafael encomendou a um dos militantes da Oposição uma pesquisa sobre as condições de vida e de moradia nos cortiços e quintais da região. Sua evocação a configura como evento de origem do movimento de moradia.

A direção conservadora do Centro Social (DE GRAZIA, 2017), consoante a visão assistencialista dos párocos, e a presença dos dois movimentos - o operário, em plena efervescência; e o de moradia, ainda embrionário - revelam-se numa disputa em que o espaço de organização aparece em primeiro plano.

E ao mesmo tempo que a Igreja São Rafael tinha aquelas pessoas extremamente conservadoras, teve gente que... né, (...) contratou a Pina pra fazer essa pesquisa. E através dela a gente conseguia fazer reuniões lá na Igreja São Rafael. Uma vez nós fomos pedir pra fazer uma reunião, um padre (...) falou pra um interlocutor dele, nem comigo: “Tá vendo, ele vai fazer uma reunião aqui porque é ele que faz a tua televisão, ele que faz o teu carro! Certo! Você sabe por quê? Por isso vamos ceder o espaço pra ele.” (ITAMAR, 2016).

O Centro Social da Paróquia Igreja São Rafael é, assim, um lugar da memória fundante e problemática para ambos os movimentos em virtude da posição de classe e assistencialista dos paroquianos, oposta aos princípios da OSM, de autonomia organizativa da classe trabalhadora no chão de fábrica e nos bairros frente às instituições sindicais, partidárias, estatais e religiosas.

Figura 7 — Rua Orville Derby: Centro Social São Rafael.



Fonte: Autor, 2018

A Formação da ATRM

As Associações dos Trabalhadores (ATs) foram formadas nos núcleos regionais onde a OSM funcionava, sendo inauguradas em seis bairros da cidade de São Paulo e

nos municípios de Guarulhos, Santo André e Xerém, no Rio de Janeiro. Das dez ATs formadas entre 1978 e 1982, apenas a ATRM ainda está em atividade (DE GRAZIA, 2017).

A fundação da ATRM ancora-se em um evento, a greve de 1979, e na sua dinâmica organizativa e territorial, que explicita as tensões e os conflitos de classe não apenas na fábrica, mas também no bairro, e na vigilância e no controle de todos os espaços institucionais, demandando um espaço de aglutinação e reorganização autônoma dos trabalhadores ligados à OSM.

Terminou a greve, nós ficamos... tínhamos um grupo imenso aqui, porque nessas greves aparece os piqueteiros, (...) os lutadores, (...) as pessoas combativas. E nós mantivemos as nossas reuniões e (...) nós introduzimos a discussão de ter uma associação aqui na região da Mooca, né. Nós falávamos na discussão com os operários, eu vejo uma proximidade com a questão da moradia, até eu conto essas histórias pra eles que era o seguinte: o que os operários falavam, “Nós precisamos de um espaço que a gente tenha a chave na mão” (...) E aí nós iniciamos a discussão da fundação da Associação dos Trabalhadores. Fundamos (...) eu acho que novembro de 79 aqui, com aquele grupo de operários da greve de 79. (MANOEL, 2016).

A lembrança de sua fundação atrela-se a um evento, à dinâmica dos espaços organizativos, aos seus atores coletivos, mas também individuais, como um dos coordenadores da Oposição, Vito Gianotti, que a planeja como um lugar de sociabilidade:

Nós almoçamos num bar aqui da Barão de Monte Santo, [para] conversar sobre a associação. Aí nós almoçamos lá, ele catou o guardanapo e nós fomos conversando sobre a associação, e ele falava: “Olha, lá a gente pode fazer sopão à tarde”... - pra arrecadar o aluguel - “pode fazer isso, pode fazer aquilo!” (entusiasmo). E eu fui anotando toda essas ideias num guardanapo. (MANOEL, 2016).

A proposta da ATRM era aliar o debate teórico às lutas cotidianas e populares, à atuação sindical, às atividades culturais e à articulação entre as diversas categorias de trabalhadores, além dos metalúrgicos (DE GRAZIA, 2017). Nesse sentido, ela passa também a acolher os moradores de cortiços e quintais recém-mobilizados, cujo espaço de moradia era controlado pelos intermediários dos proprietários.

Figura 8 — Rua Canuto Saraiva: sede atual da ATRM (casa bege).



Fonte: Autor, 2018.

Desse período, são lembradas as atividades de formação política e cultural, profissional, educacional - como alfabetização e supletivo -, lúdicas, realizadas para e pelos próprios trabalhadores, através da transmissão do saber dos ofícios ligados à metalurgia, como também à troca de experiências entre os trabalhadores mais qualificados, mestres também pelo seu carisma e solidariedade de classe, e os menos qualificados.

As atividades culturais são evocadas por meio dos equipamentos, hoje obsoletos: “No início, a associação ela tinha uma efervescência muito grande, muita gente... Porque aí nós compramos um mimeógrafo, pra rodar material. Aí entrou capoeira, nós fazíamos cineclube, passava filmes, né, aqui.” (MANOEL, 2016).

Os filmes exibidos - *Libertários* (Lauro Scorel, 1976), *O Homem que virou suco* (João Batista de Andrade, 1981), *Chapeleiros* (Adrian Cooper, 1983) -, problematizavam a condição do trabalhador: “Os *Libertários* é importante porque ele pega o início do século, as lutas operárias do início do século. Esse os *Libertários* nós passamos muitas vezes não só aqui; quando tinha um comando de greve, a gente passava o *Libertários*” (MANOEL, 2016). A produção audiovisual, fruto da efervescência operária e popular do período, é apropriada como recurso pedagógico e simbólico, de mobilização grevista, ao evocar o passado histórico, tornando-o um modelo e arquétipo, ao conferir-lhe um sentido de exemplaridade (GIRARDET, 1987): *Libertários* (1976) retrata as suas lutas comandadas pelos anarquistas naquele território fabril, a Mooca, o Brás, nos primórdios da industrialização.

Nas palestras, a representatividade dos convidados é salientada, como a da militante boliviana Domitila Barrios de Chungara, que lotou o espaço; a do então sindicalista Lula, e de Luís Carlos Prestes.

Com certeza, foi uma grande atividade. Juntou aqui todos os dinossauros aqui da esquerda (risos). Tinha tanta gente, jornalistas, gente da esquerda... Porque queira ou não queira, independente das correntes políticas, correntes de esquerda, o Prestes tem uma história, né. (...) Então, o Prestes sempre teve, exerceu esse fascínio, independente de alguns dizer que ele é stalinista, isso e aquilo. Mesmo os trotskistas veio aqui, claro que com medo de se um dia ele chegar ao poder pendurar eles no poste, certo (risos)”. (ITAMAR, 2016)

Ao contrário do episódio marcante dos piquetes da greve de 1979, em que a ausência de registro fotográfico — e da memória iconográfica — é lamentada, nesse evento, sua existência é observada.

Eu trouxe o Prestes aqui, com o Prestes tem foto! Do Prestes veio pouca gente, nós já távamos num período meio de descenso quando ele veio. Mas, ele acabou fortalecendo a militância, aquelas pessoas que se aglutinavam em torno da Associação. Mas, ele veio, falou da conjuntura, né, o Prestes. Até deixou uns endereços pra nós aqui de velhos comunistas. Eu fui visitar um do endereço que ele deixou. (MANOEL, 2016).

Figura 9 — Palestra Luís Carlos Prestes na ATRM -10 dez 1987.



Fonte: Acervo ATRM, 1987

O reconhecimento de Prestes radica na história da esquerda brasileira enquanto personagem central, como também transfigura-se no mito, figura simbólica, que transcende as divisões no campo da esquerda e que remete aos modelos do Homem Providencial, do Chefe, do Guia, do Salvador (GIRARDET, 1987), expressão de um estilo de autoridade, cuja legitimidade ancora-se em um tempo da lembrança, na qual sua figura é reconstruída por meios dos recortes da memória, que apagam e amplificam atos e gestos. Daí o seu respeito, mas também a irreverência na evocação de sua imagem. Ao mesmo tempo, sua figura simbólica é capaz de fortalecer os laços sociais e identidades, respondendo às exigências de um presente marcado pela crise e pela ruptura (GIRARDET, 1987): frente ao momento de “descenso”, relativo ao fechamento e/ou transferência das indústrias, à crise econômica dos anos 1980, à perseguição à militância, sua presença desempenha um papel de reforçar os laços de solidariedade desses trabalhadores ameaçados na história coetânea.

Ademais, sua presença marca-se na história daquele território, no período, ao apoiar Waldemar Rossi nas eleições do sindicato, em 1978, e no passado mais

longínquo: ao deixar “o endereço dos velhos comunistas”, a memória de Prestes articula distintos tempos da classe trabalhadora, resignificando, no bairro, um lugar específico, operário e de esquerda. A atuação do Partido Comunista do Brasil, sob a sua direção, após sair da clandestinidade e entre 1945-1947, organizou os trabalhadores a partir dos espaços de trabalho e de moradia, tendo, assim, o bairro, como lócus central. Foram formados por todo o país os comitês democráticos e populares (CDPs), cerca de 31 deles só na cidade de São Paulo, entre os quais, um no bairro da Mooca (DUARTE, 2002).

Os seminários de formação também são lembrados, “Como funciona a sociedade”, suas publicações, o *Jornalivro*, um deles escrito por um operário: “Tinha um operário aqui, Roberto Franco, que ele tinha um livro de contos. Os contos dele chamava a Revolta do Chiqueiro, [que foi] um movimento que eles fizeram na Arno contra a comida, comida ruim.” (MANOEL, 2016). A menção ao jornal JOCA, incentivado por Vito Giannotti, para “(...) Fazer com que as pessoas escrevessem sua história (...) O cara... noticiuzinha da fábrica aqui, o cara tá com sacanagem, põe aqui no jornal, escreve, né.” (ITAMAR, 2016). E, por fim, os boletins: “Bate-Forte”, “A Questão da Moradia”, “Salário e Moradia: a Luta é uma Só”, assim como as festas, especialmente os forrós, que entretinham os operários de origem nordestina, mescladas ao teatro.

Os atores, anônimos ou não, bem como as suas atividades, configuram a ATRM como um lugar da memória operária (REBERIOUX, 1992), pois lugar de trabalho, onde se transmitem os saberes de seus ofícios; lugar de sociabilidade, de lazer e de recreação, mas também de formação cultural e política; e lugar simbólico, expressão de sua cultura e organização política, em sua heterogeneidade, ao abarcar os metalúrgicos e outras categorias, assim como trabalhadores de serviços e comércio, homens e mulheres, de ambos movimentos.

Os movimentos sindical e de moradia

Um dos objetivos da OSM, desde os anos 1970, era a formação da interfábricas, que articulariam todas as categorias de trabalhadores, não só metalúrgicos, por intermédio da ATRM. Embora a proposta não vingasse, na década de 1980¹⁰, a associação abriu seu espaço para abrigar as subseções sindicais de várias categorias, bem como para sediar a representação regional da CUT, a CUT Zonal Leste 1, entre 1984 e 1987 (DE GRAZIA, 2017).

Na ATRM, havia uma relação de separação e independência entre os dois movimentos, o sindical e o de moradia, do ponto de vista organizativo (DE GRAZIA, 2017). A participação conjunta ocorria apenas em algumas atividades culturais e nas festas.

A despeito dessa coexistência, um acontecimento emerge dos depoimentos, sugerindo não apenas a existência de relações hierárquicas entre ambos, mas uma discordância interna na própria Oposição, entre os metalúrgicos ligados apenas ao movimento sindical e aqueles que participavam também do movimento de moradia, e que se explicitará numa disputa em torno do controle do espaço da ATRM: a eleição da CUT Regional.¹¹

Quando a gente acolheu aqui a Regional da CUT ocorreu um conflito aqui interno porque os sindicalistas eles queriam... como é que é, se apropriar da Associação, né. (...) E aí, nesse conflito, nós mobilizamos o pessoal da moradia e a gente ganhou na Assembleia, né (MANOEL, 2016)

(...) E a gente... como a gente tinha o movimento de moradia, a gente já tava org..... o movimento de moradia já tava organizado aqui, a gente já tinha (...) feito ocupação da FABES, nós não tivemos nenhum apoio da Oposição, nós não tivemos nenhum apoio do sindicato! (...) E (...) a gente resolveu participar da Assembleia e a gente não elegeu a diretoria deles. (...) Esse dia foi um dia terrível! Teve gente aqui que desligaram aqui a luz até aqui, coisa de pelego, certo! (ITAMAR, 2016).

Aí o Itamar avisou pra gente, a gente tava no mutirão e o Itamar avisou pra trazer o pessoal que ia ter uma votação. Aí a gente veio (...) todos os mutirantes pra cá, tem mais de 80 pessoas vindo. Aí quando eles fizeram a votação (...) aí o pessoal do mutirão levantou a mão (gesticula o braço erguido com punho cerrado) aí todo mundo defendeu que a Associação ficasse do jeito que tava com esse trabalho com o movimento de moradia, né. Aí eles perderam, né (EDILEUZA, 2016)

Essa posição de parcela dos sindicalistas quanto ao movimento de moradia denota a heterogeneidade dos trabalhadores e suas formas de organização, quando o lugar de produção – o chão de fábrica (e o sindicato) – é privilegiado no conflito de classes, em detrimento do lugar de reprodução do trabalhador - a moradia.

Assim relembra um dos integrantes, cuja militância iniciou-se no movimento sindical, mas migrou para o de moradia:

Mas o meu negócio era mais na reunião da Oposição, eu não era muito vinculado com outras coisas. Tanto é que nessa época já tava acontecendo já o trabalho de moradia eu não ligava, eu não participava de nada. Até tinha a questão mesmo assim dessa discussão política de que não é a prioridade, não é o fundamental a moradia. Você tem que lutar por um bom salário, você tendo um bom salário você aluga ou compra o que você quiser (ADALBERTO, 2016).

Essa visão gerava hierarquias baseadas na ideia de que o movimento popular era uma espécie de “auxiliar” do movimento sindical, e que se assentavam numa suposta¹² desigualdade de qualificação e dos salários:

Nunca ficou muito certo, nunca ficou claro. Parece que existia uma certa... um certo preconceito e falta de compreensão. (...) Quem são as pessoas que participam do movimento de moradia? São os operários mais lascados da vida, mais explorado. E as pessoas não aceitavam isso porque eles não vinham pro movimento de moradia através da fábrica. Então passou a ser uma coisa à parte o movimento de moradia. (...) (ITAMAR, 2016).

Mas assim... porque eles tavam acostumados a pensar em outras coisas, (...) o pessoal dos metalúrgicos eles sempre tiveram uma renda boa, e esse trabalho da moradia ia trabalhar com o pessoal de cortiço. Até muita gente trabalhava nas fábricas também por aqui. Mas, de qualquer jeito, tinha aquele olhar diferenciado (EDILEUZA, 2016).

A derrota da CUT Zonal não implicará a exclusão do trabalhador fabril da luta por moradia, mas sim a “derrota” de um modo de sua organização, o sindical, como denota a migração para o movimento de moradia não só de alguns operários metalúrgicos militantes da Oposição, como também de outras categorias ligadas ou não à luta sindical¹³: “Eu (...) trabalhava na fábrica e participava do sindicato. Dentro dessa fábrica, tinha uma tia minha que participava do movimento. Então, eu não conhecia o movimento.” (LUIZINHO, 2016).

Ainda assim, a direção da ATRM buscou articular as duas questões: “Então, numa reunião da diretoria, a gente fez a discussão de trabalhar a questão da moradia nas fábricas com o movimento operário.” (MANOEL). Inclusive modificou-se o nome do movimento,

O movimento de ‘Quintais e Cortiços da Mooca’ que posteriormente (...) foi acrescentado para ‘Movimento de Quintais, Cortiços e Fábricas da região da Mooca’ porque passou a incorporar também trabalhadores que não moravam aqui na região, mas trabalhavam aqui (GUTEMBERG, 2016).

A crise econômica, a perseguição empresarial aos militantes, a diminuição do parque industrial e o desemprego decorrente tornaram propícia a reorganização dos trabalhadores por meio do espaço da moradia associada às várias conquistas que começavam a despontar, como as experiências de mutirão autogerido na periferia e no centro industrial, em especial, com os governos locais de centro-esquerda e de esquerda, como foi o caso de Mário Covas, do PMDB (1983-1986) e Luiza Erundina, do PT (1989-1993).

Na verdade, resolveu um problema assim, você tinha dificuldade de organizar os operários porque também os próprios operários, com a crise econômica e a possibilidade de ser demitido, ninguém queria se arriscar a nada, ninguém

arriscar o emprego, né. E com a moradia não. Aí cresceu muito, aqui a Associação ficou lotada (MANOEL, 2016).

E (...) as fábricas foram saindo daqui da Mooca para outros estados também, pra outros municípios e foi fechando e aí essas pessoas foram ficando desempregadas. E assim, a Associação (...) começou a juntar o pessoal e aproveitou dessa coisa do desemprego também, né (EDILEUZA, 2016).

Considerações Finais

A rememoração enquanto prática social articula as temporalidades da cidade e os vínculos entre seus usos e suas formas, configurando, na continuidade dos fragmentos e nas dissonâncias dos traços (LEPETIT, 2001), uma identidade aos espaços enquanto territórios operários. Se a materialidade urbana modifica-se e/ou não guarda mais uma relação evidente ou visível com seus usos e os grupos, a narrativa oral confere um sentido aos locais da memória dos trabalhadores em suas várias dimensões.

No primeiro território (imagens 1, 4 e 5), há o caráter de fragmento, cujo predomínio das grandes estruturas fabris, embora algumas hoje desativadas parcial ou integralmente, tem em sua forma um elo direto com seus antigos usos, associando-os ainda a um lugar do trabalho no espaço urbano. Já a desativação da Ford dando lugar a um *shopping center*, a constitui em um traço, mas cujo local, a despeito da ruptura com os usos antigos, ainda pode ser lido pelo grupo. Essas materialidades evocam os remanescentes de uma memória fabril, tendo um caráter dos locais de recordação – de interesse histórico, do especialista - mas também memorativo (ASSMAN, 2011), ao guardar uma carga simbólica e uma reserva de significado e de ação prospectiva para o grupo. (LEPETIT, 2001, p. 182)

Já no segundo território (imagem 6), as grandes fábricas hoje desativadas substituídas por hipermercados, lojas e condomínios residenciais têm quase o mesmo destino das pequenas e anônimas no passado, tornando esses locais do trabalho quase invisíveis no espaço urbano. O seu caráter de traço, onde a destruição da forma é acompanhada da mudança de uso e o sentido da evocação dos eventos associados ao espaço – o lamento pela ausência de registro fotográfico é um indício - , no entanto, conferem--lhe a qualidade de locais memorativos; pois, a despeito da sua invisibilidade material, são passíveis de ser recuperados pela narrativa oral (ASSMANN, 2011).

Em alguns locais presentes em ambos os territórios (imagens 1,2,6 e 7), a permanência das formas urbanas - os espaços públicos dos bares, das praças, das ruas e das igrejas – guarda uma relação direta com seus usos cotidianos. Esta relação, porém,

não se evidencia com os usos *daquele* grupo específico. No passado autoritário, a forte repressão ao movimento operário fragiliza sua organização, espraiando-a para além da fábrica e do sindicato, conferindo à ocupação desses locais, “temporários” ou “improvisados” à época, uma forte carga simbólica e memorial. Mesmo o cinema (imagem 3) cujo hiato à época entre sua função e o seu uso pelo grupo, seguido pela posterior destruição parcial da forma e mudança de sua função – estacionamento - ainda assim guarda o caráter de traço, podendo ser recuperado pela palavra, constituindo-se num local memorativo, conservando sua força simbólica.

Assim, a memória oral do grupo investe de sentido a materialidade urbana, independentemente de sua preservação, bem como de suas relações com seus usos e com o grupo. Ou seja, esses espaços de trabalho, de sociabilidade e de organização emergem como locais memorativos (ASSMANN, 2011) e, nesse sentido, locais simbólicos (REBERIOUX, 1992), resultado da rememoração consciente, militante não só das grandes fábricas ou das lideranças, mas sobretudo das pequenas fábricas, de bares, praças, ruas, cinemas, dos atores anônimos, em sua expressão individual e coletiva no seu fazer-se classe, retomando E. P. Thompson (1987).

Entre esses territórios, a ATRM emerge enquanto local de trabalho, de sociabilidade e simbólico, como também em sua materialidade, que se ancora em sua sede própria, ao constituir a organização dos trabalhadores no bairro em sua heterogeneidade de classe, baseada nas identidades de gênero, cor, regionais, sócio-ocupacionais, e que vão articular relações de igualdade e hierarquia, alianças e dissensos, continuidades e rupturas, e oscilam entre a experiência da participação política a partir do trabalho e/ou a partir da moradia.

Nesse sentido, a ATRM constitui-se em um fragmento (LEPETIT, 2001) pela permanência evolutiva entre forma e uso, mas também em um local de memória geracional (ASSMANN, 2011), pois nela há uma relação de duração e continuidade entre o espaço e a história dos grupos. Se o espaço não se reduz a ser mero suporte da memória e se existem tantos grupos quantas forem as memórias e as maneiras de se representar o espaço (HALBWACHS, 1941, 1950 apud LEPETIT, 2001), constituem-se duas memórias coletivas da associação – a do movimento operário e a do de moradia - das quais o grupo entrevistado é um dos elos. E mais atrás, a sede temporária no Centro Social, como um lugar da memória fundante, ainda que problemático, pois expressão circunscrita do conflito (de classe) com os paroquianos de classe média.

Frente à transformação dos espaços fabris, à mudança das atividades econômicas, à verticalização, à patrimonialização e aos indícios de gentrificação, entre

outros, como processos de longa duração e ritmos distintos, a narrativa desses trabalhadores e militantes, em sua face cultural e política, dentre os fragmentos e traços urbanos, revela territórios outros e invisíveis, frente ao seu apagamento; expressando, talvez, uma descontinuidade, em que a sua presença indica sobretudo uma ausência (ASSMANN, 2011, p.329), ou melhor, uma invisibilidade do grupo.

A memória oral coloca-se, assim, como um fio de Ariadne, permitindo estabelecer as relações entre o vivido e os fragmentos de uma materialidade urbana visível, e cuja memória (ou sentido dos usos) está por si só nos locais, com os traços de uma materialidade remanescente e/ou invisível, que demanda um trabalho de rememoração oral que se recorde dos locais.

A demanda pela reconstrução da memória dos trabalhadores do “Novo Sindicalismo” e dos “Novos movimentos sociais” dos anos 1970-90, por um documentário, e a preocupação não apenas com as novas gerações e a formação de novas lideranças ligadas ao movimento de moradia, ainda em plena atuação do bairro, talvez sejam um sintoma dessa ambígua presença ausente atualizada na tessitura do espaço urbano.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, São Paulo: Cortez, 2015.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.
- BRANDÃO, Carlos .R. A Participação da pesquisa no trabalho popular. (org.). In: Brandão, C.R (org). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, Eduardo. O Olhar no documentário. In. Labaki, Amir (org). *A Verdade de cada um*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- DE GRAZIA, Giusepina. *Da organização pela base à institucionalização*. Associações de Trabalhadores: uma experiência classista dos anos 1970/80. Rio de Janeiro: NPC, 2017.
- DUARTE, Adriano L. *Cultura popular e Cultura política no Após-Guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese de Doutorado. Departamento de História. IFCH. Unicamp, 2002.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- HIGH, Steven. “The wounds of class: a historiographical reflection on the study of deindustrialization, 1973-2013. *History Compass* 11/11 (2013): 994 -1007,

10.1111/hic3.12099 Acesso em: 20 de mai de 2020.

- LAURENTINO, Fernando P. *Várzeas do Tamanduateí: industrialização e desindustrialização*, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). USP, São Paulo.
- LEPETIT, Bernard. *Por Uma Nova História Urbana*. SALGUEIRO, Heliana A. (org). São Paulo: Edusp, 2001.
- LOPES, José Sérgio Leite. Memória e transformação social: trabalhadores de cidades industriais. *Mana*, Rio de Janeiro. v. 17, n. 3, p. 583-606, 2011.
- MARQUES, Eduardo. C.L. A metrópole de São Paulo no início do século XXI. *Revista USP*. São Paulo, n. 102, p. 23-32, 2014.
- MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MELLO, João Manuel C. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense. 1982.
- MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: Thiollent, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987.
- NEUHOLD, Roberta R. Luchas Sociales y Políticas Públicas Brasileñas de rehabilitación de inmuebles abandonados: el “Movimento dos Quintais da Mooca” en São Paulo. In: ANAIS DO XXIX CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA. Santiago: ALAS, 2013.
- PEREIRA, Verônica Sales. Memória industrial e transformações urbanas na virada do século XXI: os casos do Brás, Mooca, Belenzinho e Pari. *InterfacEHS*. São Paulo. SENAC, v. 2, n. 4, p. 1-7, 2007.
- PEREIRA, Verônica Sales. La photographie dans la patrimonialisation du paysage industriel: Le Moulin Minetti & Gamba à São Paulo. *Espaces et Sociétés*. Paris. n.152-153, p. 121-139, 2013.
- PEREIRA, Verônica Sales. Preservar, demolir, construir ou ocupar a creche Ninho Jardim Condessa Marina R. Crespi: de todos os riscos, o risco. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV-RJ. n. 29, v. 57. p. 107-128, 2016.
- REBERIOUX, Madeleine. Os Lugares da Memória Operária. In: *O Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. DPH, SMC, Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- REINA, Michelly L. e COMARÚ, Francisco. A. Dinâmicas imobiliárias e políticas urbanas no centro de São Paulo: uma discussão sobre gentrificação na Mooca. *Cadernos Metrópole*. São Paulo. v. 17 n. 34 p. 419-440, 2015.

ROUCH, Jean. O Filme etnográfico. In. Labaki, A (org) . *A Verdade de cada um*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

RUFINONI, Manoela R. *Preservação do Patrimônio industrial na cidade de São Paulo. o bairro da Mooca*, Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo), USP, São Paulo, 2004.

SCIFONI, Simone. Lugares de memória operária na metrópole paulista. *GEOUSP Espaço e Tempo*. São Paulo. n. 33, p. 98-110, 2013.

STRANGLEMAN Tim, RHODES James. The New Sociology of Deindustrialisation? Understanding Industrial Change, *Sociology Compass* 8/4 (2014): 411-421.

THOMPSON, Edward. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Entrevistas

CAVALCANTE, Luis Bezerra: Depoimento [jun-ago] de 2016. Entrevistador: PEREIRA, Verônica Sales. São Paulo: PROEX-UNESP-SP, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão Memória dos Movimentos Sociais – A “União dos Moradores dos Quintais da Mooca”.

DA SILVA, Edileuza Francisca da. Depoimento [jun-ago] de 2016. Entrevistador: PEREIRA, Verônica Sales. São Paulo: PROEX-UNESP-SP, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão Memória dos Movimentos Sociais – A “União dos Moradores dos Quintais da Mooca”.

DA SILVA, Gutemberg Souza da. Depoimento [jun-ago] de 2016. Entrevistador: PEREIRA, Verônica Sales. São Paulo: PROEX-UNESP-SP, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão Memória dos Movimentos Sociais – A “União dos Moradores dos Quintais da Mooca”.

DEL RIO, Manoel. Depoimento [jun-ago] de 2016. Entrevistador: PEREIRA, Verônica Sales. São Paulo: PROEX-UNESP-SP, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão Memória dos Movimentos Sociais – A “União dos Moradores dos Quintais da Mooca”.

KOVACS FILHO, Adalberto. Depoimento [jun-ago] de 2016. Entrevistador: PEREIRA, Verônica Sales. São Paulo: PROEX-UNESP-SP, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão Memória dos Movimentos Sociais – A “União dos Moradores dos Quintais da Mooca”.

REIS, Mário Itamar Nunes. Depoimento [jun-ago] de 2016. Entrevistador: PEREIRA, Verônica Sales. São Paulo: PROEX-UNESP-SP, 2016. Entrevista concedida ao Projeto de Extensão Memória dos Movimentos Sociais – A “União dos Moradores dos Quintais da Mooca”.

¹ Este trabalho é resultado de um Projeto de Pesquisa FAPESP 2013/18084-6 e de Extensão financiado pelo PROEX-UNESP (2016).

² Esta foi acolhida por um Projeto de Extensão PROEX-UNESP (2016) que produziu um documentário sobre os dois movimentos, realizado no período de 2016-2018.

³ Analisaremos aqui apenas o movimento sindical.

⁴ As implicações metodológicas dos elos entre a prática documentária e a história oral encontram-se no Projeto de Extensão PROEX PROEX-UNESP (2016).

⁵ Sobre as linhas de estudo desencadeadas por este fenômeno ver HIGH (2013).

⁶ A partir de dados do Embraesp, Reina e Comarú (2015) afirmam que, entre 1990 e 2010, houve, no distrito da Mooca, um crescimento de 133% unidades habitacionais, sendo que mais de 70% da produção dos imóveis é destinada para extratos de renda média e renda média alta, e, em alguns setores, como o Alto da Mooca, em renda alta. Este crescimento revela o maior número de lançamentos no centro da cidade.

⁷ O trabalho de De Grazia (2017) reconstrói o processo de formação da ATRM, mas não aborda as relações entre a memória e o espaço urbano, propostas neste artigo.

⁸ Do ponto de vista metodológico (MARTINS, 2008), o uso das fotografias a seguir não tem o sentido ilustrativo, assim como de complementação das narrativas (à exceção quando a narrativa confirma a existência da foto), nem serão objeto de análise. Aqui elas têm como função apenas servir como pontos de referência para os espaços mencionados e foram baseadas em indicações dos entrevistados.

⁹ Disponível em: <https://www.abcdabc.com.br/abc/noticia/mooca-plaza-shopping-faz-projecao-mapeada-historia-bairro-53854>. Acesso: 19 mar.2022

¹⁰ Pudemos coletar apenas os depoimentos do lado “vencedor” da eleição, o que restringe a interpretação sobre o evento, que não é tratado em De Grazia (2017), pois o recorte da autora não inclui o movimento de moradia.

¹¹ A OSM sofreu muitas transformações nos anos 1980 e 1990, devido à migração de militantes para a CUT e o PT, durante sua formação, às várias derrotas em eleições sindicais, e ao desemprego devido à perseguição patronal, à reestruturação produtiva (DE GRAZIA, 2017).

¹² Embora essa relação entre trabalho qualificado/movimento operário e trabalho não qualificado/movimento de moradia apareça entre os entrevistados, não pudemos corroborá-la porque ela emergiu espontaneamente nas entrevistas e sua verificação a partir de outros dados fugia do escopo extensionista do documentário.

Artigo recebido em 16/12/2022

Aceito para publicação em 20/03/2023